

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP: N. 63014.005690/2025-11

OBJETO: Contratação de Serviço de Análise de Integridade Estrutural (AIE) em chapas, soldas e componentes mecânicos em geral, de Submarinos e Navios de Superfície, via inspeção por Líquido Penetrante, Partículas Magnéticas, Medição de Espessura por Ultrassom e Detecção de Defeitos Internos por Ultrassom Convencional e Phased-Array, Inspeção Visual De Estropos, Redes, Cintas e Talhas, Inspeção visual e eletromagnética de cabos de aço e Testes de carga com Bolsa d'água com o objetivo de prontificar os meios navais que se encontram em período de reparo naval no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas que serão estabelecidas no Termo de Referência que orientará a futura contratação.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES.....	1
SUMÁRIO.....	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS.....	4
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	4
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	4
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	4
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	8
7. CUSTOS DIRETOS.....	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	10
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	12
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	13
13. PROJETO EXECUTIVO.....	14
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	14
15. VISTORIA.....	17
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	18
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	18
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	18
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	19
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	19
21. DA SUSTENTABILIDADE.....	19
NOTAS EXPLICATIVAS.....	20
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	20
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	20

1.2.	Classificação como serviço comum ou especial.....	22
2.	REGIMES DE EXECUÇÃO.....	23
2.1.	Empreitada por Preço Unitário.....	23
2.2.	Empreitada por Preço Global.....	23
2.3.	Empreitada Integral.....	24
2.4.	Contratação Por Tarefa.....	25
2.5.	Contratação Integrada.....	26
2.6.	Contratação Semi-Integrada.....	27
2.7.	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	27
2.8.	Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes.....	28
3.	ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	30
4.	DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA.....	31
5.	ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	32
6.	ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS.....	33
7.	CUSTOS DIRETOS.....	35
8.	ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	36
9.	ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	37
10.	DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.....	38
11.	BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	40
12.	ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	40
13.	PROJETO EXECUTIVO.....	41
14.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	42
15.	VISTORIA.....	47
16.	SUBCONTRATAÇÃO.....	47
17.	DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.....	49
18.	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	50
19.	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	50
20.	GARANTIA DA EXECUÇÃO.....	52
21.	DA SUSTENTABILIDADE.....	54
21.1.	Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade.....	54
21.2.	Da Especificação Técnica.....	55
21.3.	Da Minimização do Impacto.....	56
21.4.	Licenciamento Ambiental.....	56

21.5.	Dos Resíduos e Rejeitos.....	57
21.6.	Da Sustentabilidade como Política Transversal.....	57
21.7.	Da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	57
21.8.	Da Acessibilidade.....	57

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

Os serviços objeto desta contratação são classificados como “serviços comuns de engenharia”, nos termos do inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:

O objeto trata de serviços que estão disponíveis de forma padronizada no mercado, que apresenta domínio sobre suas técnicas exigidas.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

(X) empreitada por preço unitário

() empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

Classifica-se a modalidade de execução como empreitada por preço unitário, uma vez que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos serão realizados a partir da medição dos serviços efetivamente executados, de modo que não haverá riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (X) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (X) engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da (X) ART, () RRT ou () TRT.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, () FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida.

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*).

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*).

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento *(apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)*.

A elaboração do orçamento de referência para obras e serviços de engenharia está prevista no Decreto 7.983/13, nos termos do Capítulo II. O artigo 3º deste Capítulo estabelece que o custo global será obtido, em regra, a partir da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. O mesmo artigo é explícito ao dispor que a utilização do SINAPI não se aplica com relação aos itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser Considerados como de construção civil.

Em que pese todo o esforço para trazer aos autos uma pesquisa o mais ampla e diversificada possível, foi realizada uma consulta ao endereço eletrônico gov.br/paineldepregos, a fim de verificar a existência de processos licitatórios e atas de registro de preços de produtos similares. Essa busca levou em consideração o código CATSER e a unidade de fornecimento. Todavia, por se tratar de serviço específico da área de construção e reparo naval, os itens não foram encontrados expostos em vitrines virtuais ou outros meios de fácil averiguação de modo que o valor obtido considerou a MEDIANA para a obtenção do preço de referência dado por fornecedores de capacidade técnica similares, experiência no mercado e de regiões próximas aos locais da futura prestação de serviços, sendo a mediana um valor central que descarta os extremos, especialmente útil em situações onde há variações significativas nos dados. A fim de suprir os autos com o teor da pesquisa de preços realizada no presente certame, esta Administração, além de anexar os orçamentos encontrados, elaborou os documentos MATERIALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS e MAPAS DE PREÇOS, passando a expor os resultados da análise detida das propostas.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(X) foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

☒ (X) consta nos autos.

☐ () NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

☒ (X) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

☐ () NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

☐ () foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

☐ () foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

☒ (X) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☐) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

☐ () observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

☐ () adota o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☒) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**.

☐ () adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(X) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Os serviços objeto desta contratação possuem caráter de fornecimento e prestação associada, sendo executados sob demanda e de forma não contínua, conforme as necessidades operacionais do setor AMRJ-23 e a disponibilidade orçamentária vigente. Esta natureza dinâmica impõe dificuldades para o estabelecimento de um cronograma físico-financeiro fidedigno ato da contratação. Cumpri ressaltar que a liberação das ordens de serviço específicas e o respectivo empenho financeiro ficarão condicionados às demandas reais e à existência de crédito orçamentário disponível, garantindo a otimização dos recursos e a vantajosidade para a Administração.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(X) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e (X) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*).

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (X) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

Risco: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

Despesa financeira: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

Lucro: () 1º quartil ou (X) quartil médio ou () 3º quartil.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

A adoção de BDI reduzido sobre materiais e equipamentos é inviável, pois o preço da contratação é global e inclui todos os insumos e custos associados necessários para a execução do objeto, não havendo fornecimento de materiais.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**.

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

() FOI juntado aos autos

(X) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente da empresa, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 67, inciso II e V, da Lei 14.133/2021), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação. Tal exigência se baseia na Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões; Resolução CONFEA nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Experiência mínima de 30% (trinta por cento) da prestação dos serviços previstos a TABELA 1 – DEMANDA do Termo de Referência.

A exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante justifica-se pela natureza especializada e crítica dos serviços objeto desta licitação, que envolvem ensaios diversos, demandam *know-how* técnico específico, equipamentos de alta precisão e procedimentos certificados para garantir a confiabilidade dos resultados. A verificação prévia desta capacidade visa assegurar que a futura contratada possua competência comprovada e recursos humanos qualificados para executar os serviços, mitigando os riscos de falhas técnicas que poderiam comprometer a integridade de ativos estratégicos e a segurança de pessoas.

() SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Será Permitido o somatório de atestados de serviços similares, desde que emitidos em nome da própria licitante, para a comprovação da experiência mínima exigida, visando aferir a capacidade técnica consolidada e a experiência acumulada da empresa, assegurando que a licitante possui histórico e volume de negócios compatíveis com o objeto, sem prejuízo da responsabilidade técnica e jurídica integral pelos serviços a serem executados.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo:

Estão prevista no TR as exigências de capacidade técnico-profissional, pessoal técnico qualificado, certificações e procedimentos, disponibilidade de equipamentos, consumíveis e metodologias de execução das atividades, estando pormenorizadas nos apêndices.

METODOLOGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (X) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Estão prevista no TR as exigências de capacidade técnico-profissional, pessoal técnico qualificado, certificações e procedimentos, disponibilidade de equipamentos, consumíveis e metodologias de execução das atividades, estando pormenorizadas nos Apêndices D, E e F

METODOLOGIAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A facultatividade da vistoria, associada à opção de declaração de pleno conhecimento, justifica-se uma vez que a contratada é obrigada, contratualmente, a conhecer e adotar as normas e critérios técnicos exigidos no Termo de Referência e seus apêndices. Considera-se que as instalações e condições dos locais de execução são adequadas e conhecidas pelo mercado especializado, não havendo, portanto, condições excepcionais que impeçam o bom andamento dos ensaios.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

Fica a subcontratação limitada às atividades de frete de pessoal, materiais, insumos, locação de máquinas, equipamentos e ferramentas necessários para realização dos serviços, com valores inclusos na sua proposta final.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (X) CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (5%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A exigência da certidão negativa de insolvência civil tem como objetivo assegurar que a pessoa física ou sociedade simples participante da licitação não se encontra em estado de insolvência, o que comprometeria sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. A ausência de insolvência é um indicativo de estabilidade financeira mínima, fundamental para garantir a execução regular do contrato. Da mesma forma, a **certidão negativa de falência** visa verificar se a empresa não está em processo de falência, o que poderia afetar diretamente sua capacidade operacional e financeira para cumprir com o objeto contratado. Empresas em situação de falência apresentam riscos elevados de inadimplemento, colocando em risco o sucesso da contratação.

No tocante à **limitação da apresentação dos documentos ao último exercício** para empresas constituídas há menos de dois anos, considera a impossibilidade de apresentação de demonstrativos financeiros de exercícios anteriores, uma vez que tais empresas não possuem um histórico contábil consolidado. Esta medida busca equilibrar a competitividade,

permitindo a participação de novas empresas sem comprometer a análise da capacidade econômico-financeira.

O Termo de Referência determina que os documentos exigidos estejam **baseados no limite definido pela Receita Federal do Brasil para a transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped**, promovendo padronização, transparência e segurança na verificação da saúde financeira das empresas. A adoção desse parâmetro garante que as informações contábeis estejam alinhadas com as normas fiscais vigentes, facilitando a análise da Administração.

Por fim, o Termo de Referência estabelece que empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão apresentar o balanço de abertura em substituição aos demonstrativos contábeis tradicionais. Essa medida é necessária, visto que tais empresas ainda não possuem balanços consolidados, mas o balanço de abertura permite à Administração verificar, de forma mínima, a capacidade econômico-financeira dessas organizações para assumir compromissos contratuais.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

Nos termos do art. 15, §1º da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode vedar a participação de consórcios quando houver justificativa técnica ou econômica para tanto. No caso da presente licitação, a vedação à participação de consórcios justifica-se pelos seguintes motivos:

1 Técnica dos Serviços:

1.1 A Análise de Integridade Estrutural (AIE) exige expertise altamente especializada e certificada, com padronização rigorosa dos métodos de inspeção e emissão de laudos técnicos.

1.2 A fragmentação das responsabilidades entre empresas consorciadas pode comprometer a padronização, rastreabilidade e qualidade dos serviços, impactando a confiabilidade dos ensaios e inspeções realizadas.

2 Gestão de Responsabilidades e Riscos Contratuais:

2.1 A execução dos serviços exige responsabilidade técnica integral da contratada sobre a mão de obra, equipamentos e infraestrutura, garantindo conformidade com normas e regulamentos da Marinha do Brasil e organismos certificadores.

2.2 A existência de múltiplos responsáveis em um consórcio pode dificultar a fiscalização, responsabilização por falhas e cumprimento das obrigações contratuais, elevando o risco de inadimplência.

3 Exigência de Capacidade Técnico-Operacional Individualizada:

3.1 A contratação de empresa com experiência comprovada na execução dos serviços é essencial para garantir continuidade operacional, segurança das embarcações e conformidade com normas regulatórias.

3.2 Empresas consorciadas podem apresentar a capacidade técnico-operacional de forma fragmentada, sem que cada integrante detenha integralmente as competências necessárias.

4 Segurança Jurídica e Execução Contratual:

4.1 A divisão de responsabilidades dentro do consórcio pode gerar conflitos contratuais, atrasos em obrigações e dificuldades na aplicação de penalidades, caso necessário.

4.2 A Administração busca a simplificação da gestão contratual, garantindo que a contratada tenha total responsabilidade sobre a prestação do serviço e seus eventuais desdobramentos.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios fundamenta-se na necessidade de garantir maior segurança técnica, operacional e jurídica, assegurando a qualidade, rastreabilidade e responsabilidade integral na execução dos serviços de Análise de Integridade Estrutural. Essa justificativa atende aos requisitos da Lei nº 14.133/2021 e

fundamenta a decisão administrativa com base nos princípios da eficiência, segurança e qualidade na execução do contrato.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Nos termos do art. 15, §3º da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode vedar a participação de cooperativas em licitações quando houver justificativa técnica ou econômica para tanto. No caso da presente licitação, a vedação à participação de cooperativas justifica-se pelos seguintes motivos:

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será () EXIGIDA ou (X) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A dispensa da garantia prevista no Art. 150, III, da Lei nº 14.133/2021, considerando que se trata de serviço de natureza essencialmente intelectual. Os trabalhos previstos – como análises, ensaios não destrutivos e emissão de laudos – dependem fundamentalmente de conhecimento especializado e capacitação técnica, com claro predomínio do esforço intelectual sobre o uso de materiais.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(X) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(X) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(X) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(X) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.

Beatriz Maria Natal Batista Abreu
Capitão-Tenente (EN)
Encarregada da Divisão de Laboratórios
AMRJ-233